



À SEC. EXECUTIVA PARA
DEVIDAS PROVIDÊNCIAS
Em 31/09/2025
Presidente

INDICAÇÃO Nº 773 /2025

Indico à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, de acordo com os dispositivos dos arts. 169 c/ 171, todos da Resolução n. 86/90 – Regimento Interno deste Poder, seja endereçado expediente ao **Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, Gladson Cameli**, o seguinte Anteprojeto de Lei, como forma de aproveitar a matéria apresentada pelo Projeto nº 31/2024, que não teve prosseguimento nesta Casa Legislativa, dispondo sobre a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos de atendimento ao consumidor no Estado do Acre

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"

29 de setembro de 2025

Adailton Cruz
Deputado Estadual - PSB



ANTEPROJETO DE LEI Nº ____ / 2025

Estabelece a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos de atendimento ao consumidor no Estado do Acre.

Art. 1º Fica estabelecido que os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos de atendimento ao consumidor disponibilizarão ao menos um exemplar de seu cardápio em Braille, para direcionamento e orientação de pessoas com deficiência visual.

Art. 2º Os cardápios em Braille deverão ser expostos em local de fácil acesso aos deficientes visuais ou de seus acompanhantes e deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome e composição dos pratos e respectivos preços;
- II - relação de bebidas e sobremesas e respectivos preços;
- III - todos os demais itens e informações constantes do cardápio tradicionalmente impresso aos demais consumidores.

Art. 3º Os cardápios em Braille atenderão aos requisitos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146/2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"
29 de setembro de 2025

Adailton Cruz
Deputado Estadual – PSB



JUSTIFICATIVA

A referida proposição se apresenta a esta casa legislativa, visando apresentar ao Governo do Estado a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos de atendimento ao consumidor no Estado do Acre, propiciando um meio de acessibilidade e integração às pessoas com deficiência visual.

A promoção da integração das pessoas portadoras de deficiência está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 203, inciso IV, cabendo, também, ao poder Legislativo Estadual aprovar proposições que visem garantir acessibilidade de forma específica aos deficientes visuais.

É oportuno esclarecer que a presente medida legislativa dispõe de assunto perfilado no elenco de matérias de competência do Estado, uma vez que estipula normas de acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência.

Estamos diante de um enorme público que encontra barreiras para ter acesso aos serviços simples. A aprovação da presente proposição poderá, inclusive, fomentar a economia. Fazemos questão de frisar que tal medida não irá, de forma alguma, prejudicar o comércio. Ao contrário, ampliando a acessibilidade, haverá naturalmente o crescimento do número de clientes em potencial a serem atendidos pelos estabelecimentos comerciais.

Ressalte-se que a presente indicação é formulada como forma de reaproveitar a matéria do Projeto nº 31/2024, que não obteve prosseguimento nesta Assembleia, mas que possui indiscutível relevância social e merece atenção do Poder Executivo

Diante da relevância do tema, indicamos e encaminhamos ao Governador do Estado, a fim de que se dê prosseguimento à matéria. Segue em anexo o projeto de lei.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"
29 de setembro de 2025


Adailton Cruz
Deputado Estadual – PSB



PROJETO DE LEI Nº 31 / 2024

Estabelece a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos de atendimento ao consumidor no Estado do Acre.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que os bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos de atendimento ao consumidor disponibilizarão ao menos um exemplar de seu cardápio em Braille, para direcionamento e orientação de pessoas com deficiência visual.

Art. 2º Os cardápios em Braille deverão ser expostos em local de fácil acesso aos deficientes visuais ou de seus acompanhantes e deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - nome e composição dos pratos e respectivos preços;
- II - relação de bebidas e sobremesas e respectivos preços;
- III - todos os demais itens e informações constantes do cardápio tradicionalmente impresso aos demais consumidores.

Art. 3º Os cardápios em Braille atenderão aos requisitos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Lei Federal nº 13.146/2015.

Adailton Cruz



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
GABINETE DO DEPUTADO ADAILTON CRUZ - PSB

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"

20 de março de 2024


Adailton Cruz
Deputado Estadual - PSB



JUSTIFICATIVA

A referida proposição se apresenta a esta casa legislativa, visando a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, motéis e estabelecimentos de atendimento ao consumidor no Estado do Acre, propiciando um meio de acessibilidade e integração às pessoas com deficiência visual.

A promoção da integração das pessoas portadoras de deficiência está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 203, inciso IV, cabendo, também, ao poder Legislativo Estadual aprovar proposições que visem garantir acessibilidade de forma específica aos deficientes visuais.

É oportuno esclarecer que a presente medida legislativa dispõe de assunto perfilado no elenco de matérias de competência do Estado, uma vez que estipula normas de acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência.

Estamos diante de um enorme público que encontra barreiras para ter acesso aos serviços simples. A aprovação da presente proposição poderá, inclusive, fomentar a economia. Fazemos questão de frisar que tal medida não irá, de forma alguma, prejudicar o comércio. Ao contrário, ampliando a acessibilidade, haverá naturalmente o crescimento do número de clientes em potencial a serem atendidos pelos estabelecimentos comerciais.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, representando mais um passo na luta em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, tema de grande importância para a sociedade.

Sala das Sessões "Deputado Francisco Cartaxo"

20 de março de 2024

Adailton Cruz
Deputado Estadual - PSB